

Fronteira étnica na pré-história do estado de São Paulo: as controvérsias sobre o marcador cerâmico

GLAUCO CONSTANTINO PEREZ*

MARISA AFONSO COUTINHO**

Introdução

Neste artigo pretende-se expôr alguns apontamentos sobre a ocupação de uma região específica do estado de São Paulo localizada ao sul da bacia hidrográfica do Rio Tietê e ao norte da bacia hidrográfica do Rio Paranapanema. O intuito principal é descortinar a dispersão do marcador cerâmico de duas tradições cerâmicas que de acordo com estudos arqueológicos e apontamentos bibliográficos estão presente no que é hoje o estado de São Paulo desde 3 mil anos antes do presente (a. P.)

Como a bibliografia aponta (AFONSO, 2005, 2009; ARAÚJO, 2001; BROCHADO, 1973, 1984; CALDARELLI, 2001-2002; DIAS & PANACHUK, 2008; HECKENBERGER, NEVES & PETERSEN, 1998; MORAES, 2007; MORAIS, 1999/2000; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000; RODRIGUES, 2007; SCHATAMACHIA, 2008; SOARES, 1997; SUSNIK, 1975), os grupos indígenas que ocuparam essa região são provindos de outras regiões do estado, porém o limite existente entre esses grupos constroem uma zona de contatos entre essas populações e que acabam por refletir nas diferenças e semelhanças apresentadas na construção e materialização das cerâmicas. Essas fronteiras podem ser identificadas através da análise dos materiais arqueológicos permitindo a identificação das tradições e algumas vezes sub-tradições que compõem esse mosaico de populações.

* Mestre pela Universidade Estadual de Maringá- UEM-Maringá/Paraná, doutorando pela Universidade de São Paulo – USP- São Paulo/SP, pesquisador do Museu de Arqueologia – MAE/USP.

** Professora Doutora da Universidade de São Paulo, pesquisadora do Museu de Arqueologia – MAE/USP e orientadora da pesquisa.

Fronteiras – conceituação

A origem do conceito de fronteira, apresentado por Zientara (1989), reside no próprio movimento do ser vivo, isto é, a fronteira tem um caráter móvel. Zientara (1989) relata que a fronteira não implica em uma zona de parada duradoura, mas na parada perante a falta de condições vitais necessárias, ou perante a resistência a outro movimento em sentido contrário. O autor apresenta que a fronteira apenas poderá ser transposta se as condições vitais mudarem nesse sentido, ou se o movimento em sentido contrário enfraquecer. Assim entendemos que a mobilidade da fronteira é, portanto, um caráter intrínseco dela, mesmo se algumas sociedades humanas tendem a fixar definitivamente as suas próprias fronteiras.

Neste sentido, os argumentos apresentados por Zientara (1989) nos permite pensar que a idéia universal difundida de fronteira como linha que separa duas regiões diferentes não seja completamente correta, já que conceito de fronteiras envolve muito mais que meras linhas políticas divisórias de muitos países atualmente. A linha de fronteira passa a ser uma abstração que tem existência real fora de um mapa geográfico.

Dessa maneira:

As fronteiras separam comunidades humanas, mas podem também determinar um gênero particular. Isto é, sobretudo válido para os confins de Estado que corram através de uma região densamente povoada: onde as populações que vivem numa zona de fronteira dão origem a uma comunidade fundada em interesses particulares, mantém entre elas, do lado de cá e do lado de lá da fronteira, uma intensa comunicação; vivem frequentemente de contrabando. Estes habitantes das zonas de fronteira consideram-se um grupo à parte que se opõe a ambas as autoridades estatais. Tratam-se, porém, de um fenômeno que só acontece à margem das grandes comunidades. (ZIENTARA, 1989, p. 309-310)

Assim, pode-se perceber que a fronteira tem pressupostos sociais e não só geográficos. Ela depende da consciência do grupo que tende a isolar-se e é tanto mais sólidas quanto mais profundas são as diferenças entre esse grupo e os seus vizinhos. O fenômeno fronteira constrói um grupo social híbrido e sua função de barrar, bloquear, restringir o movimento de pessoas e bens são mutáveis na medida da intensificação das relações inter-grupais. As fronteiras, relata Bradshaw (1999), passam a se tornar espaços de coexistência/separação, de inclusão/exclusão dependendo do grau e níveis de interação presentes nesses limites.

Para Bradshaw (1999), as fronteiras são paredes porosas por onde convergem comunidades diferenciadas que interagem, mas nelas ainda permanecem a insegurança social, o contrabando de mercadorias, as migrações “ilegais”, o desemprego e a deterioração ambiental.

Barth (1997) revisou o conceito das fronteiras e aplicou às fronteiras étnicas, apresentando questões particulares desse conceito, como: a persistência das fronteiras apesar dos fluxos de pessoas que as atravessam e a permanência de relações sociais aparentemente estáveis nas fronteiras.

De acordo com Schmitz (2007), o conceito de fronteira para as populações indígenas costuma ser um pouco diferenciado do que foi apresentado até agora, já que essas populações costumam ter o domínio do território, cujos limites frequentemente coincidem com um determinado ambiente natural; a fronteira para grupos indígenas tem suas bases em identidades como a língua, cultura ou numa longa convivência, mas sem uma estrutura política que mantenha a unidade da fronteira, como ocorre nas sociedades atuais e entre os países conhecidos, que tem seus territórios marcados por limites definidos sob forte controle. O controle sobre o movimento em fronteiras indígenas é dado pelas partes, afirma Schmitz (2007), defendendo os limites e organizando as relações com outras unidades indígenas.

Apesar disso, nas regiões de fronteira se criam relações informais de toda ordem, não abolindo a estrutura, nem o limite, mas tendo certa flexibilidade. Dessa forma, nessa região do sul do Estado de São Paulo é um espaço que compreendem todas as características da fronteira e merece destaque nos estudos que envolvam esta temática.

Fronteiras Tupiguarani

O que se conhece a respeito da chegada dos Guarani (genérico) e dos Jê na região sul e sudeste do Brasil são trabalhos que foram formuladas ao longo dos últimos 40 anos de estudos de sítios arqueológicos da região, porém cada uma delas apresentou algumas particularidades durante seu desenvolvimento. Aqui não iremos exaltar nenhuma delas, o que pretendemos é apresentá-las ressaltando que confirmam a presença desses grupos na região e também, concordam na existência da fronteira entre essas tradições nessa região.

Moraes (2007) faz um apanhado geral dos modelos que tentaram explicar a dispersão dos Guarani pelo Brasil. A autora menciona que para entender as origens das hipóteses relacionadas a esse movimento deve-se recuar ao século XIX, com Von Martius em 1838, quando propôs que o centro de origem dos Tupi seria entre o Paraguai e o sul da Bolívia. A partir daí uma série de outros estudiosos tentaram definir a região da dispersão da população Tupi. Já em 1839 temos Alcides D'Orbigny propondo que a dispersão dos Tupi teria acontecido entre o Paraguai e o Brasil e depois em 1886, Karl Von den Steinen, propôs a cabeceira do Rio Xingu como sendo o centro dispersor baseando-se em pesquisas que tratavam de traços da cultura material.

De acordo com Moraes (2007) apenas em 1891, com Paul Ehrenrich surgiu a hipótese de dispersão pelos cursos fluviais do médio Paraná, Alto Uruguai e Bolívia. A autora ainda afirma que foi com Métraux que as informações de cronistas quinhentistas e seiscentistas foram sistematizadas, podendo articular esses dados com o material etnográfico contemporâneo. Estudos como o de Branislava Susnik (1975), afirma Moraes (2007), colocam a origem e rotas de dispersão surgindo nas planícies colombianas; seu modelo chamou a atenção para o crescimento demográfico e subsequente esgotamento de terras de agricultura. Outro estudioso que se destacou no estudo das rotas Guarani foi Curt Nimuendaju; Moraes (2007) relata que este autor propôs que a migração Tupi teria ocorrido por uma demanda religiosa. Segundo Moraes (2007), o problema dessa interpretação é colocar os Tupi e os Guarani diante do mesmo processo cultural, deduzindo que tinham os mesmos motivos para se deslocarem pelo continente sul-americano.

A partir da década de 1970, com a chegada dos estudiosos americanos no Brasil, surgiu uma nova maneira de explicar as migrações dos Tupi pelo continente. Meggers e Evans (1973) propuseram um modelo explicativo que colocava a origem do centro de dispersão na região periférica da Amazônia – fronteira entre Brasil e Bolívia. A partir desse modelo entendemos que existiriam duas ondas migratórias, uma em direção ao norte, passando pelo rio Guaporé e afluentes do Amazonas e outra onda migratória em direção ao sul, descendo até o rio Paraná e daí subdividindo-se para o leste até alcançar o litoral e posteriormente subindo para o norte e, para o sul, passando do rio Paraná aos rios Uruguai, Jacuí e Prata. Moraes (2007) afirma que esse modelo foi baseado em dados arqueológicos, linguísticos e paleo-ambientais, sendo as migrações respostas às

mudanças climáticas que reduziram as áreas de florestas e que forçaram essa dispersão; esse modelo foi perpetuado por Schmitz em seus estudos da tradição Tupiguarani.

Também, na década de 1970 surgiu outra proposta de dispersão – Moraes (2007) relata que Lathrap elaborou um modelo que coloca o ponto de origem das cerâmicas policromas na Amazônia Central; além de estabelecer uma correlação entre os falantes da língua Tupi, com o material arqueológico cerâmico. Lathrap, afirma Moraes (2007), acredita que as pressões populacionais no centro amazônico foram responsáveis pelos movimentos de colonização dos afluentes do rio Amazonas. Para Lathrap o centro da confluência Tupi estaria entre o rio Amazonas e o Madeira e a rota de expansão seguiria um modelo que ficou conhecido como “modelo cardíaco”.

Estudos realizados por Brochado (1973) vieram a reforçar o modelo cardíaco de Lathrap quando este localizou geograficamente sítios e obteve datações oferecidas pelo PRONAPA. Brochado (1984) ainda propôs o desenvolvimento de duas culturas que se consideram distintas: o Guarani e o Tupinambá, ambos resultantes da tradição Policroma Amazônica.

Após a expansão, os “proto-guarani” e os “proto-tupi”:

teriam se fixado em duas regiões: a primeira na bacia do Paraná e do Uruguai, entre os rios Paranapanema e Jacuí, formando uma concentração das tribos Guarani; e segunda na faixa litorânea que vai do Rio de Janeiro até o Maranhão, ao norte, correspondendo à região ocupada pelos Tupinambá. (MORAES, 2007, 09).

Apesar da inquestionável importância dos trabalhos de Brochado, Moraes (2007) destaca que houve controvérsias sobre a validade de suas hipóteses. Heckenberger, Neves e Petersen (1998) levantam restrições ao modelo cardíaco de Lathrap; o argumento principal é de que tanto Lathrap, quanto Brochado e Noelli, não realizaram trabalhos de campo na região estudada – Amazônia Central. Além disso, os autores não aceitam a associação entre os falantes de línguas da família Tupi-Guarani com as cerâmicas da tradição Policroma Amazônica. Para eles, o centro de dispersão dessas populações, de acordo com estudos linguísticos, estaria localizado na região sul da Amazônia.

*Fronteiras Kaingang*¹

Os casos de ocupação de grupos Jê e seus remanescentes na região estudada também são percebidos, Afonso (2005) destaca que a região entre os vales dos rios Tietê e Paranapanema seriam tradicionais na ocupação Kaingang e Rodrigues (2007) constrói uma tese com esta temática ressaltando a falta de informações a respeito dos estudos nessa região. Araújo (2007) faz uma compilação a respeito dos últimos 35 anos de discussões a respeito do grupo Jê e sugere três opções para a nomeação dessa tradição:

- A) Utilizar o termo Tradição Eldoradense, ou Tipo Eldoradense (...) uma vez que a mesma foi reconhecida dez anos antes na Argentina, e a precedência do termo é inquestionável.
- B) Utilizar o termo Tradição Itararé, uma vez que a mesma foi definida antes da Tradição Taquara no território brasileiro.
- C) Utilizar o nome composto Tradição Itararé-Taquara. (ARAÚJO, 2007, 17)

O autor faz a opção por utilizar o composto Itararé-Taquara pela familiaridade ao termo.

Mota (2008, 2008a) afirma que embora exista uma volumosa bibliografia a respeito dos Kaingang, os estudos que indicam sobre a chegada desses grupos ceramistas nas regiões sul e sudeste do Brasil são bastante pequenos. O autor relata que em trabalhos comparados entre a arqueologia e a linguística o Brasil central seria a região de sua possível origem, embora não exista ainda uma data precisa a respeito dessa ocupação. Rodrigues (2007) concorda com Mota (2008, 2008a) e afirma que em termos arqueológicos, apesar de não ser possível estabelecer ainda uma cronologia para elaborar uma síntese sobre a ocupação Kaingang, este panorama tende a mudar, já que muitas pesquisas com esta temática estão sendo elaboradas e desenvolvidas.

Apesar disso, Brochado (1984) indicaria que a cerâmica Itararé-Taquara - o autor inclui na chamada Tradição Pedra do Caboclo – teria surgido na boca do Amazonas e se expandido em direção à costa do nordeste no período compreendido

¹ É válido destacar que o que estamos discutindo no momento, não são identidades étnicas, mas sim a dispersão de um complexo tecnológico que segundo Araújo (2007) não teria se desenvolvido na porção sul da América do Sul, mas que chegou a essa região já desenvolvida. O que chamamos de Kaingang é genericamente considerado como pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê, como Noelli (1993) sugere são os 'Jê do Sul' – designando os historicamente conhecidos Kaingang e Xokleng.

entre 1000 e 700 a. C. e progressivamente difundindo-se até a chegada ao sul acompanhando os falantes do Kaingang.

Rodrigues (2007) aponta que Mota (1998, 1999), em seus estudos lingüísticos, indica a chegada dos Kaingang na região sul do Brasil em torno de três mil anos antes do presente, oriundos dos planaltos entre as nascentes do rio São Francisco e Araguaia no Brasil central; esta informação é também transmitida por Schmitz (2007). Apesar da dificuldade em explanar e definir um momento exato da chegada desses grupos à região, muitos pesquisadores apontam a existência de diversos registros da ocupação dos grupos Jê.

Mota (2008, 2008a) afirma que seria provável que a ocupação Jê tenha chegado anteriormente ao Paraná aos grupos Guarani, pois que a maioria dos sítios arqueológicos Guarani está próxima ou sobre os sítios arqueológicos dos Kaingang e Xokleng. A movimentação desses grupos indígenas pelo estado do Paraná estaria intimamente vinculada às movimentações Guaranis no estado. Mota (2008, 2008a) relata que à medida que os Guarani se difundiram pelos vales dos grandes rios, os Kaingang foram impelidos para o centro-sul do estado e muitas vezes limitados nos territórios interfluviais, já os Xokleng foram deslocados para os espaços da Serra Geral, próximo ao litoral paranaense e catarinense.

Também, Afonso (2005) relata que até em áreas tipicamente identificadas como redutos ligados aos Tupiguarani, existem evidências de ocupação Jê. A pesquisadora apresenta alguns achados de machados semi-lunares, característicos dos grupos Jê em sítios arqueológicos existentes na região do rio Capivara, médio/baixo Paranapanema e no município de Assis, como o Sítio Campinho e o Sítio Araruva; além disso, ela destaca a presença de cerâmica associada à ocupação Jê, no município de Casa Branca com o Sítio Arqueológico Água Branca. (AFONSO, 2005, 45).

Rodrigues (2007) aponta que na região dos rios do Peixe, Aguapeí e médio Tietê existe referência apenas de um sítio arqueológico em Pompéia, e outras referências inexatas de ocorrências arqueológicas nos vales dos rios do Peixe e Aguapeí não individualizados. Para o autor isso reflete não a ausência de sítios arqueológicos, mas a falta de pesquisas na região. (RODRIGUES, 2007, 43)

Realizadas estas pequenas exposições sobre as ocupações Tupiguarani e Jê na região compreendida entre as bacias dos rios Tietê e Paranapanema, é válido destacar

que o estado de São Paulo é território onde vestígios relacionados às diferentes regiões do país se encontram, e conferem a este espaço um universo arqueológico singular. Afonso (2009) relata que as manifestações ceramistas encontradas no estado não são autóctones, mas reflexos de grupos sociais de regiões vizinhas. Ela afirma ainda que materiais encontrados e tidos como ‘exóticos’ e interpretados como ‘enclaves’ ou ‘intrusões’ são característicos da complexa relação existente entre os diferentes grupos.

As controvérsias dos estudos

Apesar de encontrarmos grandemente apontamentos a respeito de um intenso processo de ocupação do território, Scatamacchia (2008) sugere um vazio de estudos arqueológicos sobre a região que provariam todas essas permanências de grupos indígenas no espaço. Dias e Panachuk (2008) também sugerem esta falta de estudos e deixam bastante claras as evidências de divisão do grupo Tupiguarani nesta região. Apesar disso, Morais (1999/2000) apresenta um arranjo geral dos seus sistemas regionais de povoamento em que coloca a região estudada como sendo apenas de ocupação Guarani.

Novamente os estudos de Noelli (2008) indicam que Brochado já sugeriria uma ‘caminhada’ dos Guarani desde sua saída da região central do Amazonas até as regiões do sul e sudeste brasileiros – a ‘fronteira hostil’. Estudos específicos de Scatamacchia (2008) confirmam esta hipótese, porém não deixam claro onde seria este espaço de dispersão; os estudos indicam que seria na região central do estado de São Paulo, mas não tem uma área definida, um limite observável. Esta autora publicou artigos com um mapa que pode indicar uma região fronteira, sendo uma região ao sul do Rio Tietê, sendo este o principal marco da divisa entre estes dois grupos.

Afonso (2005: 47) afirma que Scatamacchia propõem o limite entre os Tupi e os Guarani na região de Iguape no litoral sul do estado. Afonso (2005) também esboça um mapa apresentando uma possível fronteira entre esses grupos, porém também afirma a necessidade de estudos específicos na região.

Moraes (2007) afirma que no estado de São Paulo existem poucos sítios escavados, sendo que a maior parte deles está localizada no Vale do Paranapanema – com trabalhos de Pallestrini, Morais, Alves e Faccio; no Vale do Paraíba – trabalhos de

Robrahn-González e Zanettini; no nordeste do estado – com Pallestrini, Myasaki e Aytay; no litoral – com Myasaki; e por fim, no Vale do Ribeira – com trabalhos de Scatamacchia².

Moraes (2007) destaca que as pesquisas realizadas até o presente estão longe de representar sistematicamente o número de sítios reconhecidos na região, já que o que acontece, não é a falta de sítios cadastrados, mas uma “carência de publicações dos resultados das pesquisas de contrato e de trabalhos que abordem esses sítios de maneira contextual” (MORAES, 2007, 34).

Conclusão

Nesse sentido, o que evidenciamos com esses breves apontamentos são controvérsias identificadas na bibliografia analisada. Por um lado temos relatos de uma ocupação intensa existente na região e, por outro lado observamos a carência de estudos arqueológicos entre as duas bacias hidrográficas – bacia hidrográfica do rio Tietê e a bacia hidrográfica do rio Paranapanema – que possam corroborar com a confirmação e ampliação dos conhecimentos a respeito da presença desses grupos humanos.

Desde 2005, Afonso (2005) destaca a necessidade da montagem de um banco de dados digital com as informações dos sítios da região em Sistemas de Informação Geográficas (SIG) para dar um verdadeiro significado espacial às manifestações arqueológicas dos grupos que ocuparam este espaço. Afonso (2005) destaca que este tipo de trabalho já é desenvolvido na região do rio Paranapanema por Oliveira (2001) e acreditamos que deverias ser implantados em outras regiões do estado de São Paulo, bem como em outras regiões do Brasil. Para tanto seria necessária a organização das publicações que envolveriam essa temática e as datações realizadas nos sítios. A pesquisa atual, que está por se desenvolver, vem para cobrir este vazio na arqueologia sul-paulistana e buscar caminhar mais adiante, já que pretendemos ainda desenvolver sistematizações de arquivos que foram pouco explorados.

² MORAES, 2007, 33.

Referências

- AFONSO, M. C. **Um olhar para a arqueologia pré-histórica do Estado de São Paulo**. 2005. Tese de Livre Docência. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005.
- AFONSO, M. C. Um painel da arqueologia pré-histórica no estado de São Paulo: os sítios cerâmicos. **Especiaria** (UESC), v. 11,12, p. 127-155, 2009.
- ARAÚJO, A. G. M. **Teoria e método em arqueologia Regional: um estudo de caso no Alto Paranapanema, Estado de São Paulo**. 2001. Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2001.
- ARAÚJO, A. G. M. A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil. **Revista de Arqueologia**, Sociedade de Arqueologia Brasileira, 20. p. 09-38, 2007.
- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAIT, P; STREIFF-FENART, L. **Teorias da etnicidade**. UNESP, São Paulo: 187-227, 1997.
- BRADSHAW, R.; GOMEZ, R. L. Fronteras: una visión teórica em el período contemporâneo. In: **Aldea Mund.** , ano 4, n. 7, may-oct, 1999.
- BROCHADO, J. P. Migraciones que difundieron la tradición alfarera Tupiguarani. **Relaciones** 7, Sociedad Argentina de Antropología, Buenos Aires: 7- 39, 1973.
- BROCHADO, J. P. **An ecological model of spread of pottery and agriculture into eastern South America**. 1984. Tese de Doutorado. University of Illinois at Urbana – Champaign, 1984.
- CALDARELLI, S. B. A arqueologia do interior paulista evidenciada por rodovias. **Revista de Arqueologia**, Sociedade de Arqueologia Brasileira, 14-15: 29-56, 2001-2002.
- DIAS, O.; PANACHUK, L. Características da tradição tupiguarani no sudeste do Brasil. IN: PROUS, A.; LIMA, Tânia Andrade. **Ceramistas Tupiguarani**. 2008.
- HECKENBERGER, M. J.; NEVES, E. G.; PETERSEN, J. B. De onde surgem os modelos? As origens e expansões Tupi na Amazônia Central. **Revista de Antropologia**, FFLCH/USP, São Paulo, 41 (1): 69-63, 1998.
- MEGGERS, B. J.; EVANS, C. Areconstituição da pré-história amazônica: algumas considerações teóricas. IN: **O Museu Goeldi no ano do Sesquicentário**, Publicações avulsas, Belém, 20: 51-69, 1973.
- MORAES, Camila Azevedo de. **Arqueologia Tupi no nordeste de São Paulo: um estudo de variabilidade artefactual**. 2007. Dissertação (Mestrado) – São Paulo, Museu de Arqueologia da Universidade de São Paulo, 2007.
- MORAIS, J. L. Arqueologia da região Sudeste. **Revista da USP**, São Paulo, n.44, p.194-217, 1999/2000.
- MOTA, Lúcio Tadeu. **O aço, a cruz e a terra: índios e brancos no Paraná provincial (1853-1889)**. 1998. 531f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual de São Paulo, Assis, 1998.

MOTA, Lúcio Tadeu. A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná. IN: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES; José Henrique Rollo. (Orgs.) **Maringá e o Norte do Paraná**. Maringá, Eduem, 1999. p. 5-19.

MOTA, Lúcio Tadeu; ASSIS, Valéria Soares de, **Populações indígenas no Brasil: histórias, culturas e relações interculturais**. Maringá, Eduem, 2008.

MOTA, Lúcio Tadeu; NOVAK, Éder da Silva. **Os Kaingang do vale do rio Ivaí-PR: histórias e relações interculturais**. Maringá, Eduem, 2008a.

NOELLI, F. S. José Proenza Brochado: vida acadêmica e a arqueologia tupi. IN: PROUS, A.; LIMA, Tânia Andrade. **Ceramistas Tupiguarani**. 2008. p. 17- 90.

OLIVEIRA, J. F. **Utilização de SIG no mapeamento de sítios arqueológicos na Bacia do Paranapanema, estado de São Paulo**. 2001. Trabalho de Graduação Individual – Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas: Departamento de geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. São Paulo, terra de fronteiras: a ocupação de grupos ceramistas pré-coloniais. IN: **Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira**, Rio de Janeiro. 2000. (CD-ROM).

RODRIGUES, R. A. **Os caçadores-ceramistas do sertão paulista: um estudo etnoarqueológico da ocupação Kaingang no vale do Rio Feio/Aguaí**. 2007. 200f Tese de doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. São Paulo 2007.

SCATAMACHIA, Maria Cristina Mineiro. Considerações sobre a distribuição das sociedades tribais de filiação lingüística tupi-guarani no estado de São Paulo. IN: PROUS, A.; LIMA, Tânia Andrade. **Ceramistas Tupiguarani**. 2008.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. Índios guaranis, kaingang e xokleng: territórios indígenas e fronteiras. IN: MOREIRA, Luiz Felipe Viel. (Org.). **Instituições, fronteiras e políticas na História Sul-americana**. Curitiba: Editora Juruá. 2007. p. 129-148.

SOARES, A. L. **Guarani: organização social e arqueologia**. Coleção Arqueologia 4, EDIPUCRS, RS: 1997.

SUSNIK, B. **Dispersión Tupi-Guarani prehistorica**. Ensayo analítico. Museo Etnográfico Andrés Barbero Ltda., Asunción, Paraguay, 1975.

ZIENTARA, Benedikt. **Fronteira**. Enciclopédia Einaudi – Estado e Guerra. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da moeda, v. 14, 1989.